

Sumário

PARTE I

1 IMPRENSA	15
1.1. Histórico	15
1.2. Os tipos metálicos móveis de Gutenberg.....	19
1.3. A imprensa no Brasil	21
1.4. A consolidação da mídia digital, seus atores contemporâneos, pós-verdade, <i>fake news</i> e <i>deep-fakes</i>	23
1.5. A imprensa e a busca pela verdade.....	43
2 IMPRENSA LIVRE	51
2.1. O reconhecimento do direito de expressão e informação no âmbito internacional.....	55
2.2. A proteção constitucional da liberdade de expressão e informação.....	60
2.3. Livre manifestação do pensamento, crítica jornalística, liberdade de expressão e de informação.....	64
2.3.1. A livre manifestação do pensamento (direito de opinião).....	64
2.3.2. Crítica jornalística, violação da honra (calúnia, injúria e difamação) e a sátira	66
2.3.3. A liberdade de expressão e informação	72
2.3.4. Direito de informar, direito de se informar e direito de ser informado.....	73

2.3.5. A plena liberdade de imprensa reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF nº 130)	76
3 CENSURA E LIBERDADE DE IMPRENSA.....	81
3.1. A censura eletrônica	84
3.2. A concepção social da imprensa brasileira e a censura	86
3.3. A autocensura no Brasil.....	88
3.4. A censura do poder judiciário e a liberdade de imprensa: prevenção e reparação danos.....	90
4 A LIBERDADE DE IMPRENSA E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE CONEXOS AO SEU EXERCÍCIO	99
4.1. Direitos da personalidade	100
4.2. Direitos da personalidade e dignidade humana	107
4.3. Previsão constitucional	111
4.4. O direito à honra	116
4.4.1. Conceito de honra	116
4.4.2. Regime vigente.....	120
4.5. O direito à imagem	127
4.5.1. Regime vigente	129
4.5.2. Limitações ao direito de imagem	135
4.6. Direito à vida privada e à intimidade. Privacidade na era digital.....	142
5 CONFLITO ENTRE NORMAS FUNDAMENTAIS E A LEGÍTIMA TUTELA JURISDICIONAL PREVENTIVA.....	151
5.1. Abuso da liberdade de imprensa.....	155
5.2. Colisão de direitos	160
5.2.1. Posição denegatória: colisão aparente	160
5.2.2. Posição afirmativa: colisão de direitos.....	164
5.3. Colisões específicas	170
5.3.1. Liberdade de imprensa <i>vs.</i> direito à honra	170

5.3.2. Liberdade de imprensa <i>vs.</i> direito à imagem.....	177
5.3.3. Liberdade de imprensa <i>vs.</i> direito à privacidade.....	179
5.3.4. Liberdade de imprensa <i>vs.</i> direito à intimidade.....	182

PARTE II

1 RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO - DANOS MATERIAIS, MORAIS E À IMAGEM	189
1.1. Danos morais ou danos extrapatrimoniais?	189
1.2. Dano material e dano moral	191
2 RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA JORNALÍSTICA E DO JORNALISTA.....	197
2.1. Modelo de responsabilidade civil aplicável à atividade de imprensa.....	197
2.2. Modelo da não recepcionada lei de imprensa	198
2.3. A Súmula 221 do Superior Tribunal de Justiça	200
2.4. Modelo atual de responsabilidade civil.....	202
2.5. Responsabilidade civil do jornalista.....	206
2.5.1. Ato de imprensa	207
2.5.2. Perda de uma chance	208
2.5.3. Ilicitude e causas de justificação ou excludentes de ilicitude: o exercício regular da liberdade de imprensa.....	209
2.5.4. Culpa.....	213
2.5.4.1. Dever de objetividade.....	214
2.5.4.2. Dever de lealdade.....	216
2.5.4.3. Dever de prudência.....	217
2.5.5. Nexo de causalidade.....	218
2.6. Responsabilidade civil dos meios de comunicação	220
2.6.1. Imputação ao jornalista	221
2.6.2. Relação de comissão	221
2.7. Responsabilidade civil da fonte	223

3 DA QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MORAIS	225
3.1. A natureza específica da ofensa sofrida	231
3.2. A intensidade real, concreta e efetiva do sofrimento do ofendido.....	231
3.3. A repercussão da ofensa no meio social em que vive o ofendido	232
3.4. A existência de dolo ou culpa por parte do ofensor na prática do ato danoso. A divulgação de <i>fake news</i>	233
3.5. A situação econômica do ofensor e a posição social do ofendido – Os princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade	234
3.6. Da fixação da indenização com moderação.....	238
3.7. A capacidade e a possibilidade real e efetiva de o ofensor voltar a praticar e/ou vir a ser responsabilizado pelo mesmo fato danoso	240
3.8. A prática anterior do ofensor relativa ao mesmo fato danoso.....	242
3.9. As práticas atenuantes realizadas pelo ofensor	243
4 O CONTROLE DO VALOR DA INDENIZAÇÃO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)	249
5 QUESTÕES PROCESSUAIS	255
5.1. Pedido determinado do valor da indenização por danos morais e valor atribuído à causa.....	255
5.2. Liquidação de sentença	259
5.3. Ação civil <i>ex delicto</i>	262
CONCLUSÕES	267
BIBLIOGRAFIA	283